
Ditadura e memória: intercessões entre pesquisa e trajetória¹

Rejane Barbosa de Sousa Nogueira²
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

RESUMO

Este trabalho emerge de minha experiência como filha de acadêmicos e militantes comunistas e antirracistas negros, especialmente meu pai, Ailton Benedito de Sousa, preso pela ditadura civil-militar de 1964. A partir da metodologia da autoetnografia (Ellis, 2004) procuro resgatar as narrativas a partir de uma perspectiva pessoal e histórica. Fundamento-me na minha experiência familiar para revelar lacunas na historiografia oficial e reafirmar o protagonismo negro na luta contra a opressão.

PALAVRAS-CHAVE

Contra-hegemonia; ditadura civil-militar; militância negra; racismo.

INTRODUÇÃO

Este projeto emergiu, então, de minha experiência como filha de acadêmicos e militantes negros (em particular, de meu pai, um homem negro perseguido e encarcerado pela ditadura civil-militar de 1964), e do impacto desse fato em minha vida. Tendo vivenciado a ditadura a partir deste lugar de filha, experimentei as mazelas que a tortura, o encarceramento, a perseguição e o silenciamento operam em famílias acometidas por tamanha brutalidade. Um passado que, embora reprimido e impronunciável, persiste presente, "longe e perto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera" (Sarlo, 2007, p. 9). Já adulta, venho me confrontando com as violências que o racismo impôs à nossa família, também no sentido do apagamento da trajetória de meu pai e de seus companheiros em seu espaço de militância no enfrentamento à ditadura e ao racismo: o movimento estudantil universitário e as lutas anticoloniais e por direitos civis mundo afora. Este passado não foi convocado por mim; ele se impôs. Caminhei em silêncio até aqui, em sua companhia. Ele, vigilante, determinou-se no hoje, este lugar das lembranças (Sarlo, 2007, p. 9), desvelando o que foi silenciado.

Muitos desses militantes negros, apesar de serem marginalizados pela historiografia oficial, narraram suas lutas e existências. E assim o fez meu pai, Ailton

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, do INTERCOM 2024.

² Doutoranda do PPGCOM-UFRJ, e-mail: rejane1.ufrj@gmail.com

Benedito de Sousa. No prefácio de seu livro autobiográfico "Na mira de uma esquerda ambidestra", Ailton escreveu que aquela obra era um acerto de contas de um companheiro na reflexão sobre "pontos pouco iluminados de nossa realidade" (Sousa, 2004, p.5). Lançada em 2004, a publicação marca os 40 anos do golpe que inaugurou o período ditatorial e seus 21 anos de tortura e assassinatos, a partir das memórias de um jovem militante negro, estudante secundarista e, posteriormente, universitário atuando pela base. Seu olhar traz a peculiaridade dos testemunhos de negras e negros nesse lugar de narradores de suas próprias histórias, cujas trajetórias foram secundarizadas.

METODOLOGIA

Este trabalho é estruturado em pesquisa qualitativa. Utilizo a metodologia de autoetnografia, descrevendo e analisando a minha experiência pessoal como ponto de partida para explorar fenômenos socioculturais seguindo procedimentos de coleta e análise de dados pessoais: escrita reflexiva; contextualização cultural; análise crítica; narrativa e apresentação. (Ellis, 2004). Também é realizada a pesquisa bibliográfica com revisão de literatura para fundamentar teoricamente o debate sobre racismo, tradição, hegemonia e memória.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção da identidade social do negro e a forma como é narrada alicerçam a dupla exclusão a que foram submetidos como militantes durante a ditadura, pois são os apagados duas vezes: pela política de esquecimento institucionalizada no Brasil e pela disputa pela narrativa do que foi a ditadura civil-militar de 1964. O fator colonialidade se impõe, então, ao centro do debate quanto à disputa pela memória do passado de negros no Brasil. A diáspora africana no Brasil, na qual este negro é escravizado, ou seja, objetificado como força de trabalho e propriedade privada do colonizador português, promove este sofrimento contínuo, narrado pelos que a sofreram, mas sem espaço na construção da memória social como trauma. É a naturalização e a negação dos horrores da escravidão. (Souza, 2019).

A tradição inventada com relação aos negros no Brasil vem mediando as interações nessa sociedade. Após a abolição, não mais exclusivamente regramento institucional do Estado, mas sim uma tradição inventada, fixada no imaginário de subjugação desse grupo. Essas tradições, no marco da Revolução Industrial e elaboradas a partir da necessidade de se criar novas referências sociais que dessem sentido ao novo

mundo que surgia, se caracterizam em três categorias que se sobrepõem: as que "instituem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais"; as que "estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade"; e as que possuem como propósito principal "a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento" (Hobsbawm; Ranger, 1997, p.17). As tradições inventadas oferecem, portanto, coesão, pertencimento (ou exclusão), legitimação para determinadas memórias (inventadas ou não), formação de ideias e de ideais, mobilização de violência e controle social. O autor explica ainda que:

(...) muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda ou pela invenção. (Hobsbawm; Ranger, 1997, p.15).

Este passado colonial inventado, épico, de colonizadores heroicos e virtuosos, desbravadores de terras selvagens e emancipadores de povos aculturados, involuídos, animalizados. No período ditatorial (1964-1985), a historiografia oficial era a de que os militares salvaram o Brasil, de que o país prosperou na ditadura, de que havia ordem, progresso, bem-estar generalizado, de que se avizinhava o inimigo comunista que destruiria o tecido social. E em contraposição a essa, uma outra, gestada a fórceps, reivindicando o direito à memória como promotora de democracia e justiça social e pleiteando, também, trazer para o centro do debate as atrocidades cometidas por militares no período. Nesta segunda, de heróis brancos intelectuais e de classe média. É o que consideram Hobsbawm e Ranger (1997, p.12) ao lembrarem que a invenção de tradições é fundamentalmente um processo de legitimação, ritualização, que se caracteriza por se referir a um passado, mesmo que apenas pela imposição e repetição.

Apesar deste sistema de exclusão institucional e estrutural, havia diversas pessoas de ascendência negra frequentando universidades, desempenhando papéis ativos na sociedade brasileira durante a década de 1960, tanto como estudantes engajados quanto como intelectuais, no período em que foi instaurado o regime de exceção. No Brasil, a memória e o esquecimento da escravidão negra, assim como da ditadura de 1964, se inserem na chave das disputas no campo da institucionalidade estatal. A memória, o trauma advindo destas experiências, e o discurso, a narração do traumático, colocam-se no campo da representação, interpretação e análise. O que realmente aconteceu é impossível de ser acessado: o vivido só acontece através do

testemunho, que reconta o acontecimento, e dos documentos e sua interpretação do dito e do não dito, pois estes abrem caminho para outras questões. Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer o lugar do outro, ou seja, ter a necessária empatia ao lidar com a história (Lacpra, 2005).

A versão oficial da história menciona apenas alguns poucos. No entanto, é importante ressaltar que havia um número significativo de pessoas negras que conseguiram obter educação formal, ingressar em universidades — à época ainda mais eurocêntricas e excludentes — e, nesses espaços, empreender uma luta contra-hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do fracasso de uma série de projetos de modernidade (este último, traduzido pelo neoliberalismo), o tempo adquire muitas vezes a forma de um eterno presente no qual o instante, o agora, a juventude, o tempo-real, a simultaneidade é hipervalorizada. (Ricoeur, 2010). A ideia de passado, presente e futuro, de um ontem, de um hoje e de um amanhã destituída da vida cotidiana (Ribeiro *et.al*, 2017, p.38).

Esse tempo presente contínuo no qual as identidades são voláteis, cujo o processo de identificação por meio do qual “nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”. É daí que é produzido o sujeito pós-moderno, sem uma identidade fixa, permanente, essencial, definida historicamente, e não biologicamente. “A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 1987, p.12).

Como considera Ricoeur (1998), é preciso, então, ter em vista não mais um passado que ilumine o futuro ou um futuro que, como promessa, justifique o presente, e muito menos a apologia do presente e sim, conscientemente, projetar no horizonte histórico para repensar o passado, significar o presente e construir o futuro. O presente como agir e sofrer a partir do que nos oferece o passado e a perspectiva de futuro a se construir. (Ribeiro *et.al*, 2017, p.39-40). Repensar esse passado a partir da consciência de que ele estrutura todos os presentes desde que a escravização colonial criou e se impôs como centro das relações sociais e econômicas nas colônias e o racismo cotidiano, atemporal por natureza, se sedimentou como uma negligenciada realidade

traumática: “O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.” (Kilomba, 2019, p. 29).

Compreendo, então, que este sentimento exterioriza o passado em mim e precisa ser repensado e significado na afirmação deste lugar de duplamente vitimada: pelo sistema de opressão racista; e pela ditadura de 1964. Isso, para fazer, como aponta Hartman (2021) quando fala da escravidão - e que tomo a liberdade de ampliar para os vitimados pelo regime de exceção:

Agarrar-se ao passado é uma maneira de lamentar as circunstâncias atuais e combater a desqualificação regular das reivindicações de reparação como reclamação, inveja e uma barreira ao avanço social, portanto, dar voz ao pesar da diáspora é especialmente importante à luz da “extrema discricção da comunidade acadêmica” em relação ao tráfico de escravas e o desprezo loquaz ou apoio condescendente que só pode entender essas lamentações, ou qualquer esforço para enfrentar a quebra e ruptura induzida pelo tráfico de escravas, como ainda mais um exemplo de mimetismo Preto ou do “holocausto em blackface”. (HARTMAN, 2021, p.258).

Como pesquisadora negra, personagem e testemunha do passado com o qual me encontro neste trabalho, dou voz e lamento às narrativas silenciadas, compreendendo a importância política de, historicamente, desafiar os estereótipos externos construídos sobre nós, me auto definindo num movimento de reafirmação de humanidade. (Collins, 2016, p.102).

Quis o destino que, no início desta pesquisa, eu perdesse meu pai: ele nos deixou no mês de outubro de 2023. Suas últimas palavras para mim foram que continuasse a pesquisar os documentos, pois ali, pelas mãos de seus algozes, havia muito do que eram eles (os jovens estudantes negros) na luta. É, até esse momento, para mim, cruel pensar que os documentos escritos pelos perpetradores desses militantes sejam capazes de realizar o que a militância de esquerda não fez: registrar a história desses negros intelectuais e acadêmicos. Reflito sobre isso a partir das próprias palavras de meu pai:

No Brasil a esquerda era e segue essencialmente burguesa. A mesma não se dirige ao plano da realidade social com o intuito de construir um modelo de sociedade, trazendo esse modelo de sociedade e procurando refazê-lo segundo as teorias de Karl Marx. A esquerda brasileira aceita o modelo de sociedade que encontra, que na verdade configura-se em um modelo não somente classista, assim como, também, racista. Por aqui, a regra é seguir o modelo ocidental eurocêntrico. Se você tivesse ligações ou referências com a cultura africana, você simplesmente era desconsiderado. (Sousa, 2004).

Esta pesquisa se soma às inúmeras vozes que se levantam, na contemporaneidade, contra a negação da experiência e a glorificação do passado

colonial escravista, disputando a construção de uma nova hegemonia na qual esses sujeitos subalternizados sejam reconhecidos como construtores da história.

Com isso, espero contribuir para uma compreensão mais ampla e inclusiva da história brasileira, reconhecendo a complexidade e a resistência de um grupo historicamente marginalizado.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e Estado – v. 31, n. 1. Janeiro/Abril, 2016.

ELLIS, C. *The Ethnographic I: a methodological novel about autoethnography.* AltaMira Press, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

HARTMAN, Saidiya. **O tempo da escravidão.** Periódicus, Salvador: n. 14, v. 1, nov.2020-abr.2021.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KILOMBA, Grada. **A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização.** In: ____. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma.** 1ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; LEAL, Bruno Souza; GOMES, Itânia. **A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem.** In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos (org.). Comunicação, mídias e temporalidades. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22861>

RICOEUR, Paul. *La marque du passé. Revue de Métaphysique et de Morale.* Paris, n. 1, Janvier-Mars, 1998. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva / Beatriz Sarlo; tradução Rosa Freire d'Aguiar.** São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUSA, Ailton Benedito de. **Na mira de uma esquerda ambidestra: depoimentos autobiográficos e reflexões.** Rio de Janeiro: CEBELA, 2004.

SOUZA, Gustavo. **Trauma, narrativa e memória no documentário ônibus 174.** Revista Famecos, v. 26, p. 30581, 2019.